

DESENVOLVIMENTO HUMANO E PROGRESSO: REFLEXÕES SOBRE O FENÔMENO DA DOMINAÇÃO ENTRE POVOS E CULTURAS NO INTERIOR DO PENSAMENTO OCIDENTAL

Alex Sandro Corrêa

Instituto Federal de Educação – IFSP, Ciência e Tecnologia, São Paulo, Brasil
alexcorrea@ifsp.edu.br

RESUMO

Este artigo consiste em uma reflexão teórica acerca de algumas ideias relacionadas ao processo de dominação, produzidas no contexto do século XIX por algumas nações europeias, que influenciaram e nortearam as concepções de progresso e desenvolvimento humano no ocidente capitalista. Para tanto, usa como referência a produção teórica de alguns autores que examinaram, quer no âmbito científico, quer no campo das relações econômicas e culturais, uma concepção de progresso e de desenvolvimento humano cuja tendência principal foi legitimar e naturalizar mecanismos de dominação e exploração, expressos na forma como algumas nações da Europa Ocidental se relacionaram com outras culturas, sobretudo com as da América e da África. Considera também a questão do desenvolvimento humano, destacando algumas formulações produzidas, no século XIX, momento de consolidação da ciência moderna. Assim, visa atualizar e problematizar o debate acerca da dominação entre alguns países da Europa Ocidental e outras culturas, cujos reflexos podem ser percebidos até a atualidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Progresso. Dominação. Eurocentrismo.

HUMAN DEVELOPMENT AND PROGRESS: REFLECTIONS ON THE PHENOMENON OF DOMINATION BETWEEN PEOPLES AND CULTURES WITHIN WESTERN THOUGHT

ABSTRACT

This article is a theoretical reflection on ideas related to processes of domination elaborated throughout the 19th century by certain European nations, which influenced and guided the concepts of human development and progress in the capitalist West. For this purpose, it analyzes the theoretical production of authors who, either in the scientific field or that of economic and cultural relations, have examined a specific conception of human development and progress which was ultimately used to legitimate and naturalize domination and exploitation mechanisms, as employed by some Western European nations in their relations with other cultures, especially in Africa and the Americas. It also discusses the issue of human development by highlighting 19th century formulations, elaborated in the wake of modern science. Such exercise aims to update and complexify the debate around domination between Western European countries and other cultures, whose effects can be felt to this day.

Keywords: Human development. Progress. Domination. Eurocentrism.

INTRODUÇÃO

As reflexões desenvolvidas neste artigo têm como objetivo examinar alguns elementos inerentes às ideias de desenvolvimento humano e progresso, cuja referência vincula-se a um determinado padrão de pensamento que se consolidou de forma expressiva no contexto do século XIX europeu, embora seus fundamentos estejam entranhados na cultura ocidental em momentos históricos anteriores.

Embora reconheçamos a complexidade e a amplitude relacionadas ao tema em questão, voltamos nosso olhar sobre alguns processos e ideias que conformaram uma determinada concepção de progresso e desenvolvimento humano no ocidente capitalista. Trata-se de revistar um tema já bastante examinado por diversos autores (GOUVÊA; GERKEN, 2010; HANSEN, 1998; INGOLD, 2019; JAHODA, 1998, 2009; TODOROV, 2009, 2019), que nos põem em contato com um acervo de ideias que contribui para aprofundar e atualizar a compreensão do tema proposto. No campo da geografia e

da história, há ainda contribuições de autores clássicos e contemporâneos (FEBVRE, 1922; RECLUS, 1892; 1985; COSTA, 1992; MORAES, 1991; SODRÉ, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2002; KROPOTKIN, 2011) que também trabalharam questões semelhantes às que serão desenvolvidas e problematizadas nesse artigo.

Ao tomarmos o continente europeu como referência para as reflexões aqui propostas, é preciso considerar, entre outros aspectos, o caráter heterogêneo e diversificado que marca não apenas o que denominamos Europa, mas quaisquer regiões do mundo. Assim, evitamos uma análise reducionista e simplista, eventualmente preconceituosa, voltada tão somente à reprodução de ideias e de interpretações já consolidadas.

Posto isto, a reflexão a seguir procura recuperar alguns elementos que marcaram um amplo movimento de ideias e de práticas acerca das noções de progresso e desenvolvimento humano, cuja ênfase está vinculada à maneira pela qual alguns países europeus, especialmente da Europa Ocidental, relacionaram-se com outras nações, sobretudo com os povos africanos e americanos. Neste processo, coube às nações europeias a construção, por um lado, de um olhar autoafirmativo da própria imagem, isto é, da superioridade da cultura europeia, e, por outro, de um olhar depreciativo sobre “o outro” (Todorov, 2009), isto é, sobre as demais culturas, frequentemente consideradas inferiores, bárbaras, selvagens e atrasadas com respeito aos valores da civilização capitalista.

Examinando o conceito de civilização, Novaes (2004), em seu ensaio *Crepúsculo de uma civilização*, recorda-nos a atitude irônica assumida por Paul Valéry ao se expressar com respeito à indagação feita por Montesquieu em *Cartas persas*, “...em que lemos a célebre pergunta: ‘como se pode ser persa?’” (citado por NOVAES, 2004, p. 13). Em resposta a esta indagação e “...com ironia, Valéry dá como resposta outra pergunta: “...como se pode ser o que se é?” (citado por NOVAES, 2004, p. 13). Na senda das reflexões de Valéry, Novaes prossegue:

Tal questão – diz ele – nos faz sair de nós mesmos, mergulharmos de repente em um outro mundo a fim de que possamos perceber “todo o absurdo que nos é imperceptível, a estranheza dos costumes, as leis bizarras, as particularidades das convenções, dos sentimentos, das crenças nas quais todos os homens se acomodam” ... Entrar no campo do outro para “desconcertar suas ideias, fazer-lhe a surpresa de ser surpreendido com o que faz, o que pensa, e mostrar que jamais ele concebeu pensar de forma diferente ... é o meio de trazer à luz toda relatividade de uma civilização, de uma confiança habitual na ordem estabelecida”. (VALÉRY, citado por NOVAES, 2004, pp. 13-14)

Numa entrevista intitulada *Barbarie et messianisme occidental*, Todorov (2009) também problematiza os conceitos de civilização e barbárie, mostrando, inclusive, que a oposição entre os dois termos coincide “com a separação entre nós e os outros” (p. 127, tradução nossa). Portanto, as questões da alteridade, da humanidade e do reconhecimento do outro, enquanto próximo e distante, isto é, semelhante e diferente, nos indicam que:

É bárbaro, por sua vez, aquele que nega o pleno pertencimento do Outro à humanidade. Pelo contrário, é civilizado aquele que, mesmo sabendo que os outros são diferentes de nós, reconhece e admite seu pleno pertencimento à humanidade, e se recusa a tratá-los de uma forma que ele não teria aceitado para si mesmo ou para os seus próximos. (p. 127, tradução nossa)

Percebe-se que a discussão em torno dos temas vinculados à cultura em geral e, neste caso, ao termo civilização têm mobilizado diferentes campos do saber, fato que contribui para atualizar reflexões sobre um problema antigo, qual seja, a noção de desenvolvimento humano, bem como os conceitos de evolução e progresso e, conseqüentemente, as ideias de grandeza ou superioridade racial. Que se pense na eugenia, uma vez que os ideais vinculados a ela remontam à antiguidade. Nesse aspecto, Diwan (2007) menciona como exemplos os padrões de beleza física vigentes na antiga Grécia, o vigor dos exércitos espartanos “...e, séculos antes, a regra de higiene dos hebreus e sua profilaxia [que] também inspiraram os teóricos eugenistas da segunda metade do século XIX e princípios do século XX” (pp. 21-22).

Por outro lado, a literatura grega antiga, na figura de Homero, também nos ensina a correta apreciação de algumas virtudes que, diga-se de passagem, tendem ao desaparecimento no mundo contemporâneo, sendo uma dessas virtudes o laço social afetivo vinculado à ideia de hospitalidade e de amizade. Tomando a hospitalidade e o cosmopolitismo como dois princípios semelhantes, mas não idênticos, Matos (2018) ressalta que enquanto a primeira diz respeito “a transcendência da ‘razão de Estado’” (p. 243), portanto aos protocolos que regem a conduta de cada um, “...a hospitalidade é puro

dom, e não favor que cobra subserviência, pois no dom se perde e se esquece o ato da doação” (p. 243). Discorrendo sobre os sentidos atribuídos à hospitalidade, a autora acrescenta que:

Sendo incondicional, a hospitalidade é laço afetivo radical, ato que não espera retribuição, aproximando-se da graça divina. Proveniente da *Kháris* grega, esta é o reconhecimento ou o ato por meio do qual se adquire reconhecimento; *gratia*, na língua latina, por sua vez, significa “favor, crédito, influência”, mas, também, “atratividade”, “beleza”. Há ainda uma dimensão ativa e outra passiva do adjetivo *gratus*. Em sentido passivo, *gratus* é “acolhido com favor ou “reconhecimento”, é “bem-vindo”. No ativo, vem a ser “reconhecido, que demonstra reconhecimento”.” (MATOS, 2018, pp. 243-244)

A pertinência dessas ideias não destoam do objetivo a que este artigo se propõe, uma vez que os processos de desenvolvimento, evolução e progresso caminham, frequentemente, na contramão dos interesses, necessidades e anseios de uma parte da humanidade. Logo, valores calcados na hospitalidade, na tolerância ou mesmo na solidariedade estiveram, historicamente, relegados a segundo plano. Basta pensar na forma como algumas nações definiram, em termos geopolíticos e econômicos, os papéis que outras nações, sujeitas às suas tutelas, deveriam acatar.

Assim, de modo a circunscrever a multiplicidade de autores, temas e questões envolvidos na presente discussão, consideramos apenas alguns elementos vinculados ao século XIX, quando se dá a consolidação de alguns campos do saber científico, entre os quais a sociologia e a antropologia.

ATRASO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS FRONTEIRAS DO “EUROCENTRISMO”

Em sua obra *A conquista da América*, Todorov (2019) discutindo o tema *Colombo e os índios*, identifica na atitude desse navegador/explorador aspectos que extrapolam os séculos XVI e XVII, podendo inclusive chegar aos nossos dias. Trata-se da atitude de Colombo para com os índios em virtude das percepções inerentes ao colonizador, cuja característica pode ser encontrada em “todo colonizador diante do colonizado” (p. 58). O autor destaca elementos contraditórios, quer numa atitude que extrapola a igualdade, tornando o outro idêntico a si mesmo, quer numa atitude oposta a essa, que reduz o outro à diferença. Se a primeira atitude “...desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros” (p. 58), a segunda atitude, pautada na diferença, “...é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores)” (p. 58). Assim, o autor conclui:

...recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na convicção de que o mundo é um. (pp. 58-59)

As considerações arroladas acima assinalam, entre outros aspectos, a ambiguidade intrínseca a alguns conceitos que, incorporados ao nosso vocabulário, tendem a ser reproduzidos de forma natural e espontânea, sem nos atentarmos para os aspectos contraditórios que eventualmente subjazem a esses conceitos.

Tomando como referência o estudo de Gouvêa e Gerken (2010) sobre o desenvolvimento humano, podemos situar esta problemática já no século XIX, no contexto em que se consolida a ciência moderna, incluindo as ciências humanas, ancoradas no positivismo filosófico. Naquele período, o modelo de cientificidade tornou-se a matriz por meio da qual a realidade passou a ser interpretada, inclusive a própria ideia sociedade humana. Desse modo, os autores enfatizam, por exemplo, que o destaque atribuído às ciências físicas e biológicas sinalizavam “...a propriedade do recurso aos conceitos e instrumentos teórico-metodológicos das ciências físico-naturais para a abordagem desses problemas, sendo tais disciplinas tomadas como ordenadoras” (p. 19). Assim, a própria concepção de natureza, “...construída pela física newtoniana, compunha um cenário de leis permanentes que se tornaram parâmetros da cientificidade (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 19).

Fica claro, neste comentário, o caráter ordenador e padronizador adotado pela matriz científica que se consolida no período citado. Nesse novo paradigma, construído com base nas contribuições das ciências físicas e naturais, predomina, essencialmente, uma visão ordenadora, determinista e naturalística, cuja aplicação fora largamente imposta ou adotada pelas ciências humanas, particularmente pela sociologia. Nesse prisma, “a realização de uma leitura naturalística dos fenômenos

relacionados ao ser humano (evolução psicológica, social e histórica) indicava a necessidade de articulá-los no interior do mesmo quadro explicativo” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 19).

É no horizonte desse quadro científico, histórico e social que o conceito de evolução é forjado ou reinterpretado. Uma de suas interpretações teve como inspiração a teoria darwinista que, convertida em ideologia, tornou-se a fonte explicativa para justificar o atraso de alguns povos e nações e o desenvolvimento de outros, bem como as diferentes formas de imperialismo e dominação cultural, legitimadas e ancoradas numa sólida argumentação de natureza racista e etnocêntrica. Embora essas interpretações carecessem de fundamentos empíricos e de comprovação científica:

O selvagem era uma invenção das mentes eruditas europeias elaborada, em distintos graus, a partir das histórias muitas vezes chocantes dos viajantes sobre a vida nativa nas Américas e nos territórios coloniais que estavam, então, sendo estabelecidos na África, nas Índias Orientais e na Austrália. (INGOLD, 2019, p. 36)

A tendência eurocêntrica/etnocêntrica permeava os diferentes estudos acerca do desenvolvimento humano/social, bem como as noções de bárbaro, selvagem e civilizado. Assim, um dos aspectos indicado por Gouvêa e Gerken (2010) diz respeito à forma como se desenha a equação “a criança, o idiota e o primitivo” (p. 18). Nesse aspecto, indaga-se, com base nas argumentações de William James: “Em que medida as disfunções no comportamento do idiota revelariam a persistência de traços do homem primitivo e da criança?” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 19). Configurava-se, pois, um consenso entre os cientistas de que: “...somente a realização de estudos comparativos evidenciaria parâmetros de similaridades e diferenças capazes de ordenar o caos que William James explicita” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 19).

É justamente essa ordenação e estratificação que será tomada como parâmetro para avaliar o processo de evolução, de progresso e, conseqüentemente, de desenvolvimento do gênero humano. Ressalte-se que o impacto dessas ideias não se restringiu ao continente europeu, mas ganhou força, adeptos e defensores em diferentes regiões do mundo, inclusive nos Estados Unidos. A esse aspecto, Rouanet (2010) observa que se no início da Guerra de Secessão a escravidão converteu-se numa instituição basicamente apoiada e justificada em preceitos bíblicos, o cenário se modifica a partir do momento em que são mobilizados, também, argumentos de natureza científica:

Foi fundada em Londres uma Sociedade Antropológica destinada a defender a ideia de que a escravidão se justificava por motivos puramente científicos. Para eles os negros constituíam uma espécie diferente da humana e sua esperança de alcançarem algum bem-estar era através da escravidão. Muitos desses racistas “científicos” defendiam o poligenismo, segundo o qual brancos e negros não tinham origem comum, pois as raças haviam surgido separadamente em diferentes lugares da Terra. (ROUANET, 2010, pp. 379-380)

O chamado “darwinismo social” serviu de base para justificar, entre outros aspectos, “...o individualismo e a competição extremada e advogava o *laissez-faire*, opondo-se à intervenção do Estado” (ROUANET, 2010, p. 382). Assim, a seleção natural justificava a ideologia da superioridade de determinados grupos sobre outros, a sobrevivência do mais forte, eliminando os inaptos sociais à semelhança do que ocorre no reino animal e vegetal. Não por acaso, uma das razões que justificaram essas ideias, a exemplo do “darwinismo social”, esteve vinculada aos interesses de cunho imperialista, logo servindo de base à acomodação atroz e violenta de forças capitalistas e imperialistas, cuja meta era a busca voraz e desenfreada de novos mercados, bens e riquezas.

Em meados do século XIX, Francis Galton, com formação em medicina e matemática, também se torna “...explorador nomeado pela Sociedade Real de Geografia” (DIWAN, 2007, p. 39). Sua tarefa consistiu na realização de expedições científicas pelo “Egito e pela África inglesa” (DIWAN, 2007, p. 39). Por meio dessas expedições, Galton pôde recolher dados e informações de natureza cartográfica “...entre Angola e a África do Sul” (DIWAN, 2007, p. 39). Além do conhecimento cartográfico, cada vez mais preciso, a fim de conhecer novos territórios e incorporá-los ao circuito das trocas e da extração de riquezas, um conjunto de características era atribuído pelo europeu aos povos asiáticos e africanos em geral.

Nas análises do geógrafo anarquista Elisée Reclus (1892) sobre o extermínio de populações indígenas e a atitude do colonizador branco diante dessa ação, identificamos alguns elementos que confirmam o conjunto de ideias arroladas neste artigo. O autor aponta, entre outros aspectos, a terrível dizimação de populações indígenas como um fato incontestável, reconhecido pelos levantamentos estatísticos realizados periodicamente (RECLUS, 1892). Com relação aos argumentos adotados pelo colonizador, a fim de legitimar e justificar a ação genocida, o autor assevera que:

Alguns teóricos da força bruta, felizes em escapar do remorso, defenderam uma suposta lei de que uma raça "inferior" deve necessariamente morrer em contato com uma raça "superior". Bastaria a presença do branco para que o vermelho se encontrasse morto em sua pessoa ou em seus descendentes. Lei conveniente, que permitiria ao colono agir à vontade com os nativos, rejeitando na fatalidade os efeitos de suas próprias ações: espoliação, crueldade, engano se tornariam assim formas quase justificáveis da luta pela existência! Mas essa "lei" não existe (RECLUS, 1892, p. 679, tradução nossa).

Como vemos, não faltam exemplos em diferentes áreas do conhecimento que atestem os processos de extermínio contra as populações colonizadas. Da mesma forma, não faltam argumentos e ideias que justifiquem esses processos.

Ao discorrer sobre o tema da animalidade e do simbolismo em seu livro *Images of savages: ancients roots of modern prejudice in western culture*, Jahoda (1998) indica, com alguns exemplos, a descrição feita pelo europeu de alguns povos que não se enquadravam, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista cultural, ao padrão definido pela cultura europeia. Nessa descrição, o autor ressalta aspectos que já destacamos no decorrer deste texto, quais sejam: a inaptidão física, os hábitos alimentares inadequados, o vestuário inapropriado ou ausência dele, fatos que reduziriam esses povos à condição de animais, "bestas selvagens" ou bárbaros. Nessa descrição, Jahoda (1998) também destaca o papel desempenhado pela ciência na fundamentação dessas ideias. Sobre esse aspecto, o autor comenta:

Ao longo dos séculos, um dos epítetos mais comuns a eles foi o de "bestialmente" selvagens. Não era apenas uma questão de rotulagem casual, pois questões profundas sobre a natureza da humanidade passaram a ser levantadas, e no início do século XIX, o grande naturalista Cuvier forneceria argumentos científicos para a maior animalidade dos selvagens. (p. 7, tradução nossa)

Assim, na qualidade de selvagens, essas populações eram incorporadas ao sistema e ao pensamento dominante europeu, cujo saber era tido como superior "... no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos" (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 218). Discutindo essas questões à luz da ciência geográfica, Porto-Gonçalves nos lembra que o pensamento europeu moderno construiu lentamente "uma geografia imaginária" (2002, p. 218). Nessa construção,

"... as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 218).

Ainda, o autor aponta o processo de dominação da natureza como o fundamento da civilização moderna; "... construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva...", ou seja, os povos aptos a serem incorporados e "dominados pela cultura", isto é, dominados "... pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade" (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 218).

Estes são alguns dos exemplos que ilustram a forma como algumas nações europeias irão compor um acervo de informações sobre outros territórios, povos e culturas, tendo em vista não apenas conhecê-los, mas, sobretudo, dominá-los e integrá-los ao sistema econômico vigente na Europa. Lembramos que essas ideias não nasceram nos séculos XVIII e XIX, pois basta consultar a historiografia e acompanhar "...os textos de cronistas e jesuítas que atuaram no Brasil nos séculos XVI e XVII" (HANSEN, 1998, p. 351) para verificar a forma depreciativa com que a figura do índio era descrita ou classificada:

No contato, repito, os missionários e os cronistas do século XVI classificam a pluralidade desses povos como "índios" e, simultaneamente, produzem uma essência, "o índio", que definem como alma selvagem ou animal sem alma naturalmente subordinados às instituições. Quando classificam o novo objeto com as metáforas "animal", "gentio", "índio", "selvagem" e "bárbaro", também evidenciam a positividade prescritiva da universalidade de "não índio", ou seja, "o civilizado", branco, católico, de preferência fidalgo e letrado. (HANSEN, 1998, p. 352)

Vê-se que as ideias que fundamentaram determinado padrão de desenvolvimento humano têm suas raízes num passado anterior ao século XIX. Outro dado importante diz respeito ao protagonismo assumido por algumas nações europeias. Ou seja, quando discutimos questões relacionadas ao imperialismo do século XIX, destaca-se o papel de dominação política, econômica e cultural exercido pelas potências europeias sobre as nações afro-asiáticas. Contudo, esse fenômeno não teve apenas uma dimensão intercontinental, mas também uma dimensão intraeuropeia, isto é, entre algumas nações da própria Europa, ou entre povos no interior de alguns países europeus. Esse fato torna ainda mais complexo o fenômeno da dominação, particularmente da dominação cultural.

A raça também se destaca de maneira diferente: os historiadores da primeira metade do século XIX viram cada vez mais uma raça, considerada invariante, como um fator causal na história. Frequentemente, era simbolizado por uma figura heroica como o Germânico, o oponente do poder Romano, que passou a simbolizar as qualidades da raça Teutônica. Na França, Amédée Thierry escreveu uma História dos Gauleses (1828/1863) que foi muito popular e teve muitas edições. Nela, ele afirmava ter encontrado dois tipos raciais distintos entre os povos Gauleses, a saber, Gauleses ou Celtas que eram altamente inteligentes, e os Kymris que se assemelhavam aos Alemães. Portanto, nesse trabalho de grande sucesso, ele identificou na França duas “raças históricas”, populações que diferiam tanto física quanto psicologicamente. (JAHODA, 2009, p. 39, tradução nossa)

Esse dado revela a complexa teia de relações que envolveram questões vinculadas aos processos de dominação, promovidos por determinados países europeus, uma vez que algumas nações protagonizaram no interior do continente, ou dentro de alguns países, práticas que promoviam a subordinação e a inferiorização de determinados grupos ou povos, conforme apontado por Jahoda (2009). Assim, as ideias que caucionavam as noções de inferioridade ou de superioridade racial também extrapolaram os limites do eurocentrismo, servindo para legitimar um amplo movimento de ideias, inclusive as ideias de atraso, progresso, desenvolvimento e do próprio racismo, cuja ideologia serviu de base para justificar práticas imperialistas.

No item seguinte discutiremos algumas questões, ideias e valores vinculadas ao problema do desenvolvimento humano. Nessa discussão, examinaremos algumas formulações inerentes à antropologia atrelada ao positivismo e destacaremos o papel dessas formulações na perspectiva do eurocentrismo.

ANTROPOLOGIA ATRELADA AO POSITIVISMO: UMA CRÍTICA NECESSÁRIA

Nas reflexões propostas por Gouvêa e Gerken (2010) sobre o evolucionismo como doutrina, os autores consideram que no século XIX já é possível encontrar formas de representação, indicando que “...os processos históricos experimentados nas sociedades ocidentais levariam à constituição de uma ordem sociocultural diferenciada, afirmando-se como civilizada, em oposição às demais sociedades” (p. 25). Cabe aqui, em linhas gerais, analisar algumas elaborações da antropologia vinculada à ciência de matriz positivista e destacar certos elementos que consolidaram o eurocentrismo.

Do ponto de vista filosófico e antropológico, destacamos as reflexões desenvolvidas por Chauí (2008) quando discute o tema cultura e democracia. Partindo do conceito iluminista de cultura e enfatizando o seu aspecto político e ideológico, a autora lembra que o termo cultura recrudescer no século XIX, justamente no instante em que se funda ou se constrói um ramo específico das “ciências humanas, a antropologia” (CHAUI, 2008, p. 55). Conforme salienta a autora, ao se constituir a antropologia, os antropólogos conservarão um “conceito iluminista de evolução ou progresso” (p. 55). Assim, recuperando a ideia de “...progresso como medida de cultura, os antropólogos estabeleceram um padrão para medir a evolução ou o grau de progresso de uma cultura e esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista” (pp. 55-56).

Chauí (2008) também destaca que, naquele contexto, as sociedades passaram a ser avaliadas conforme o olhar europeu, cuja perspectiva consistia em examinar o outro a partir de seus interesses. Nesse caso, tal olhar procurou identificar “a presença ou a ausência de alguns atributos que são próprios do ocidente capitalista” (p. 56), sendo que a falta ou a inexistência desses elementos foi tomada como indicação de “falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída” (p. 6). Que elementos são esses?

O Estado, o mercado e a escrita. Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu,

foram definidas como culturas “primitivas”...A cultura europeia capitalista não apenas se coloca como télos, como o fim necessário do desenvolvimento de toda cultura ou de toda civilização, isto é, adota uma posição etnocêntrica, mas sobretudo ao se oferecer como modelo necessário do desenvolvimento histórico legítimo e justificou, primeiro, a colonização e, depois, o imperialismo. (CHAUI, 2008, p. 56)

Que se pense nas formulações e contribuições ancoradas na filosofia positivista. Ao elaborar o seu método de investigação científica, Comte propõe uma concepção apoiada nos princípios comuns às ciências exatas como, por exemplo, a matemática, a física, mas, também, a astronomia, a biologia e a química. Logo, a noção de validade, rigor e precisão científica, cujo fundamento são os fatos que constituem a realidade, encontra nos modelos matemáticos a *via régia* que orientará todo o saber científico, inclusive as chamadas ciências humanas.

Nesse aspecto, várias críticas são imputadas ao positivismo, sendo uma delas a questão do cientificismo, isto é, a hipertrofia do método, a ciência conduzida como uma religião e, ainda, a submissão das ciências humanas, especialmente da sociologia, mas também da antropologia, aos mesmos critérios, princípios ou leis que regem as ciências exatas e naturais. Inclusive, Comte propõe graus de hierarquização no edifício científico, sendo que nesta hierarquia as ciências que servem de base são, justamente, as ciências exatas: astronomia, matemática e física; e, por último, as ciências humanas, especialmente a sociologia, considerada uma “física social”.

É a partir desse conjunto de referências ligado ao positivismo que podemos então compreender o papel de determinadas elaborações científicas na definição, concepção e atribuição de lugares aos diferentes sujeitos, às classes sociais ou mesmo às nações. Para fins ilustrativos, cabe destacar as considerações feitas por Chauí (2000) em suas reflexões sobre o Brasil na ocasião do 5º centenário do país. A autora afirma:

Partindo da literatura positivista e, portanto, da ideia de progresso da humanidade que passa por três estados (fetichista, teológico-metafísico e científico ou positivo), Silvo Romero afirma que o caráter nacional foi formado por três raças em estágios distintos da evolução: o negro se encontrava na fase inicial do fetichismo, o índio, na fase final do fetichismo e os portugueses já estavam na fase teológica do monoteísmo. (p. 49)

Nessa perspectiva, Gouvêa e Gerken (2010), tomando por base as colocações de Augusto Comte, observam que este autor pode ser indicado como o responsável por ter acrescentado um elemento psicológico ao paradigma teológico, ao sustentar que: “...o ciclo da vida reproduziria a vida psicológica da raça, começando pelo estado teológico, passando pelo metafísico, chegando à maturidade do estado positivista” (p. 51). Em paralelo a esse padrão de pensamento, os autores destacam a ênfase de Comte às “...similitudes entre o pensamento da criança e do selvagem” (p. 51). A repercussão dessas ideias pôde ser percebida em diferentes campos do saber, inclusive na antropologia e na psicologia:

Tal postulado teve consequências diretas para dois campos de conhecimento nascentes: a Antropologia e a Psicogenia. A relação entre os povos selvagens e as crianças serviu de justificativa às práticas colonialistas do final do século, dada a menoridade cognitiva dos colonizados, que deveriam ser postos sob tutela, tal como crianças dos povos ditos civilizados. (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 56)

Refletindo sobre o impacto dessas ideias no âmbito da educação, Patto (2015) revisita alguns tópicos acerca das teorias raciais. A autora constata que, em termos de divulgação, as ideias raciais de fato ganham força a partir do século XIX, “...e seu prestígio atinge o ponto mais alto aproximadamente entre 1850 e a década de 1930” (p. 55). A autora assevera ainda que, no mesmo período, “...as doutrinas antropológicas formuladas pelos fisiólogos desempenharam um papel estruturante no pensamento das novas elites” (p. 55). No campo da filosofia, a figura exemplar é a de Comte, o qual postulava um lugar de destaque à raça branca da Europa Ocidental, pois ocupava um lugar central no seio da humanidade: “...o autor da filosofia positivista reconhecia somente três raças distintas: a branca, à qual atribuía a inteligência; a amarela, portadora dos dons da atividade; e a negra, movida principalmente pela afetividade” (PATTO, 2015, p. 57).

Fica nítido o aspecto ideológico inerente às ideias expressas nessa citação, uma vez que a raça branca da Europa Ocidental é considerada portadora do progresso, sendo apontada como a elite ou a vanguarda intelectual da humanidade. Na medida em que a inteligência é um atributo específico da raça branca, caberia às demais raças atributos inerentes à atividade ou à afetividade, aspectos supostamente alheios à inteligência.

Além dos fundamentos cientificistas que apoiam e justificam concepções que inferiorizam determinados povos, grupos ou classes sociais, houve também, por parte dos darwinistas sociais, uma série de iniciativas no sentido de controlar e disciplinar a classe trabalhadora.

Diwan (2007) chama a atenção para o fato de que, após a Revolução Industrial inglesa, com o intenso processo de urbanização, com o crescimento demográfico e, conseqüentemente, com o advento das multidões, uma série de intervenções foram adotadas. Pois, na concepção social darwinista, as multidões que ocupavam os bairros de Londres, dado a pobreza em que viviam, acabavam se arruinando física e moralmente.

A autora ressalta que o processo de gentrificação, as práticas de disciplinamento e as “...políticas de higiene pública deveriam ser aplicadas com a finalidade de prevenir a degradação física dos trabalhadores para evitar prejuízos na economia que reverteriam menos dividendos para a burguesia” (Diwan, 2007, p. 35). Percebe-se que, por essas razões, os mecanismos que operam para concretizar a violação, a dominação e a exploração de outros povos são semelhantes aos mecanismos de natureza econômica, política e ideológica que a classe dominante das nações europeias desenvolve para subjugar, controlar, dominar e explorar a classe trabalhadora de seus países.

Além disso, convém lembrar que as ideias de igualdade, diferença e identidade, apesar de assumirem significados específicos a depender do momento histórico e sobretudo dos interesses em questão, devem ser constantemente interpretadas e problematizadas, tendo em vista a dimensão social. Essa tríade assume o seguinte sentido no pensamento de Todorov (2019):

...queremos a igualdade sem que ela acarrete a identidade; mas também a diferença, sem que ela degenera em superioridade/inferioridade; esperamos acolher os benefícios do modelo igualitarista e do modelo hierárquico; aspiramos a recuperação do sentido do social, sem perder a qualidade do individual. (TODOROV, 2019, p. 363)

Nessa perspectiva, Reclus (1985) considera fundamental para o desenvolvimento de um determinado povo, grupo ou horda as trocas e o intercâmbio que esse processo pode trazer em termos de desenvolvimento humano e coletivo. Sem prescindir da paz, que a segurança garante aos diferentes grupos humanos, esses grupos devem, também, procurar vencer o isolamento “... com frequentes trocas de visitas com seus hóspedes, com relações ativas com seus vizinhos, cada indivíduo tendo, aliás, participação na terra e no trabalho (Reclus, 1985, p. 102). O autor acrescenta que a liberdade, bem como o valor de um grupo permanecem intactos, e que esse grupo “... tem grande probabilidade de se desenvolver normalmente e de progredir em inteligência e em moralidade” (p. 102). Segundo o autor, um dos fatores que inviabiliza este processo de trocas entre os povos ou grupos, constituindo-se no seu inteiramente outro são justamente as guerras. Por meio das guerras se estabelece e se fortalece o império do medo, do temor, da insegurança – nas palavras do autor: “... quando uma sociedade se empenha em guerras encarniçadas, tem tudo a temer e fatalmente será atingida pela desgraça” (p. 102). Pois, por um lado, as guerras produzem humilhações, condições aviltantes para o vencido, reduzindo-o à condição de bajulador e, por outro lado, o vencedor, “... só poderá conservar sua conquista à força de crimes próprios do conquistador: brutalidade, recusa de justiça, violência e assassinato” (p. 102).

No tópico seguinte, faremos algumas considerações relacionadas ao determinismo geográfico ou natural, destacando a relação entre as formulações de cunho determinista e as ideias de desenvolvimento e atraso.

Determinismo geográfico ou natural

Outra vertente bastante difundida que, diga-se de passagem, tem vida longa na história de ideias como “desenvolvimento”, “progresso” e “atraso”, diz respeito à noção de determinismo geográfico, cujo núcleo integra um conjunto de formulações que reúne autores clássicos — Hipócrates, Heródoto, Platão e Aristóteles — e pensadores europeus modernos como Montesquieu, Voltaire e Rousseau (FEBVRE, 1922; MORAES, 1991; SODRÉ, 1992). Neste tópico, tomamos como ilustração algumas ideias de Montesquieu (1996) em seu clássico *De l'esprit des lois* (“Do espírito das leis”), a fim de ressaltar a maneira como o determinismo geográfico aparece de forma explícita, justificando, inclusive, as concepções em torno das ideias de desenvolvimento humano e atraso.

Salientamos que as ideias inseridas nesse tópico não representam e nem se aplicam ao conjunto da obra desses autores, inclusive à de Montesquieu. Nosso intuito é tão somente destacar, com base em alguns trechos da obra citada, formulações que expressam um conteúdo explicitamente atrelado àquilo

que se convencionou chamar determinismo natural ou geográfico. Seria, portanto, um grande equívoco, dada a complexidade e riqueza inerentes às obras desses autores, reduzir suas ideias apenas às formulações de cunho determinista. Esta ressalva é feita, inclusive, por muitos comentaristas que se dedicaram ao tema, como Sodré (1992) em seu livro *Introdução à Geografia*.

Na interpretação de Sodré (1992), considerado um historiador de formação marxista e que se dedicou ao tema em questão, a influência determinante da natureza sobre o homem, conforme os escritos de Montesquieu, “era matéria pacífica” (p. 28). Para o autor, além dos preconceitos inerentes a essa atitude, o caráter determinista pode ser facilmente percebido. Nesse sentido, ao discorrer sobre as formas de governo, Montesquieu (1996) tece as seguintes considerações:

[...] o governo de um só encontra-se mais vezes nos países férteis e o governo de vários nos países que não o são: o que é algumas vezes uma compensação [...] a esterilidade do solo da Ásia estabeleceu ali o governo popular, e a fertilidade do solo da Lacedemônia, o governo aristocrático. Pois, naqueles tempos, não se queria na Grécia um governo de um só: ora, o governo aristocrático se relaciona mais com o governo de um só [...] A esterilidade das terras torna os homens industriosos, sóbrios, persistentes no trabalho, corajosos, próprios para a guerra; é preciso que obtenham o que a terra nega. A fertilidade de um país proporciona, com conforto, a indolência e certo amor à conservação da vida. Observou-se que as tropas da Alemanha, recrutadas nos lugares onde os camponeses são ricos, como a Saxônia, não são tão boas quanto as outras. As leis militares podem sanar este inconveniente por meio de uma disciplina severa (MONTESQUIEU, 1996, p. 292-295)

De acordo com essas formulações, fica evidente o peso atribuído por Montesquieu (1996) às influências do clima e do solo no desenvolvimento de determinadas sociedades. Isso revela posições de cunho determinista, cuja tendência aponta para a abstração dos processos histórico, político e econômico, bem como para a adoção de uma perspectiva que busca naturalizar esses processos — ou seja, considerar as diferenças naturais entre as nações como única causa ou único fator de determinação das desigualdades e das assimetrias entre elas. Apesar das críticas que, eventualmente, possam e devam ser atribuídas a este padrão de pensamento, calcado numa visão predominantemente determinista, consideramos, por outro lado, impossível abstrair, eliminar ou desconsiderar o papel que a natureza desempenha nos processos de formação e desenvolvimento das sociedades, incluindo a ocupação territorial, o trabalho, o incentivo ao desenvolvimento de novas técnicas; enfim, a um conjunto de necessidades que, direta ou indiretamente, sofre as ações do meio físico.

Com efeito, as críticas ao pensamento determinista não devem ser confundidas com a negação radical e absoluta das influências que o meio geográfico pode exercer sobre as diferentes sociedades ou culturas. Pois não há dúvida de que as características físicas de um determinado lugar, país ou região da Terra participam e contribuem ativamente na constituição dos diferentes arranjos espaciais e sociais. Portanto, os fenômenos físicos como o clima e o relevo; a presença de desertos; a existência ou a ausência de água, riquezas minerais, vegetação ou de quaisquer outros atributos constitutivos da natureza também devem ser levados em consideração quando propomos uma interpretação e uma leitura geográfica, coerente e complexa, da sociedade em que vivemos.

Em nosso entendimento, o que é problemático nos modelos de interpretação calcados unicamente no determinismo natural ou geográfico decorre do fato de desconsiderarem as ações e as múltiplas intervenções que orientam os projetos e os interesses das sociedades, principalmente daquelas que desempenharam historicamente um papel de dominação, tutela, subordinação e controle sobre outros povos, considerados inferiores. Desse modo, o determinismo geográfico pode ser perfeitamente apropriado ao propósito de naturalizar as diferenças, apontando, por exemplo, quem é “o bárbaro” e quem é “o civilizado”.

Dando sequência às ideias de Montesquieu (1996) relacionadas ao determinismo, numa outra passagem ilustrativa presente nos escritos do autor é possível notar a construção de argumentos que remetem à posição de inferioridade com a qual determinados povos são identificados em decorrência da região em que habitam. No caso da África, o fator determinante para a redução de seus povos à condição de inferioridade em relação à Europa, dada a abundância com a qual a natureza os presenteou, deve-se ao fato de

[...] que a terra produz sozinha muitas frutas com as quais nos podemos alimentar. Se as mulheres cultivarem na cabana um pedaço de terra, o milho vem primeiro. A caça e pesca acaba de dar aos homens a abundância. Além do mais, os animais que pastam, como os bois, os búfalos etc., se dão melhor ali do que os animais carnívoros. Estes sempre tiveram o império da África [...] Penso que não teríamos todas estas

vantagens na Europa se deixássemos a terra inculta; só nasceriam florestas, carvalhos e outras árvores estéreis (MONTESQUIEU, 1996, p. 298).

Montesquieu (1996) ainda sublinha a noção de “fator de equilíbrio” com o qual contrapôs, inclusive, o norte e o sul da Europa. A lógica inerente a este fator se apoia, conforme observa Sodré (1992) no seguinte argumento: “o equilíbrio se mantém pela preguiça que ela deu às nações do sul e pela indústria e atividade que deu às do norte” (p. 40). Com base nesses argumentos, Montesquieu tece as seguintes considerações:

As regiões férteis são planícies onde não se pode disputar nada ao mais forte: logo, nos submetemos a ele; e, quando lhe estamos submetidos, o espírito de liberdade não consegue voltar; os bens do campo são uma garantia de fidelidade. Mas, nos países de montanhas, pode-se conservar o que se tem, e pouco se tem para conservar. A liberdade, ou seja, o governo do qual se goza, é o único bem que merece ser defendido. Assim, ela reina mais nos países montanhosos e difíceis do que naqueles que a natureza parecia ter mais favorecido (MONTESQUIEU, 1996, p. 294).

Fica claro, no trecho descrito, o papel determinante atribuído à natureza nos processos de desenvolvimento, sujeição, espírito de liberdade e competição entre povos e nações. Lembramos que boa parte dessas formulações são retomadas, incorporadas e acomodadas ao contexto histórico de sistematização da ciência geográfica, em particular no século XIX. Neste contexto, a noção de determinismo natural ou geográfico ganhou novas formulações e idealizadores, sendo retomada no âmbito da “Escola alemã” de geografia, cujo representante foi o geógrafo prussiano Friedrich Ratzel (1844–1904).

Neste artigo, deixamos de lado as questões polêmicas, bem como as críticas e considerações dirigidas a alguns intérpretes do pensamento e das teses ratzelianas. Não obstante, cabe lembrar que o termo determinismo, empregado por algumas correntes da geografia, não deve ser atribuído de forma indiscriminada ao pensamento de Ratzel. Pois, conforme nos lembra Moraes (1991), as teses simplistas que norteiam esta concepção devem ser atribuídas a alguns de seus discípulos, especialmente E. Semple e Huntington (MORAES, 1991). Ademais, lembramos que os termos determinismo e possibilismo, atribuídos respectivamente a Ratzel e La Blache, foram atribuídos a estes autores por Lucien Febvre (MORAES, 1991). Aliás, logo na introdução de seu clássico *A Terra e a evolução humana*, Febvre (1922) faz a seguinte observação:

Não entremos no detalhe das doutrinas, por enquanto. Não nos perguntemos se não há, de fato, fissuras no bloco de ideias geográficas, e se podemos seguir, com o mesmo grau de segurança, tanto os “deterministas” como Ratzel quanto o que se poderia chamar, talvez, os “possibilistas” como Vidal. (FEBVRE, 1922, p. 25)

Portanto, não é possível reduzir o pensamento de Ratzel à conhecida fórmula “o homem é um produto do meio”, fato que empobreceria de forma grosseira as formulações deste pensador, que destacava as influências que o meio pode exercer sobre o homem (MORAES, 1991). Por outro lado, considerando o momento histórico, econômico e geopolítico do século XIX europeu, especialmente da Alemanha, em que as questões espaciais ganham centralidade, as ideias deterministas assumem uma dimensão e um papel fundamental no processo que conduz à expansão territorial das potências europeias e, conseqüentemente, à exploração e à dominação de povos e territórios. Para ilustrar este processo, Ratzel, na interpretação de Moraes (1991) tece as seguintes considerações:

Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial [...] Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premissas territoriais. É fácil observar a íntima vinculação entre estas formulações de Ratzel, sua época e o projeto imperial alemão. Esta ligação se expressa na justificativa do expansionismo como algo natural e inevitável, numa sociedade que progride, gerando uma teoria que legitima o imperialismo bismarckiano (MORAES, 1991, p. 56).

Corroborando a mesma ideia e identificando os mesmos mecanismos que garantiriam a supremacia e o desenvolvimento por meio da expansão territorial, Costa (1992) adverte que:

Apesar de insistir na tese de que o que importa nas políticas territoriais dos Estados é formular e pôr em prática estratégias destinadas a manter a todo custo o que chama de ‘coesão interna’, o que implicaria, à primeira vista, um esforço ‘para dentro’, os seus trabalhos sobre o problema colonial na África (*vis-à-vis* a Inglaterra e a França,

principalmente), a necessidade do Império alemão de 'saídas para o mar', o 'pangermanismo europeu' e especialmente a suas impressões sobre o desenvolvimento norte-americano, estão todos eles reforçando a ideia de que para ele o desenvolvimento dos povos, particularmente dos alemães, passa necessariamente pelo *alargamento do horizonte geográfico* (COSTA, 1992, p. 41).

Portanto, as preocupações em torno de um projeto geopolítico que atendesse aos interesses das nações europeias, neste caso os da Alemanha, assumiram como meta a expansão territorial, o controle, a dominação e a anexação de outros territórios. Com efeito, trata-se de uma fase largamente conhecida pela historiografia, denominada neocolonialismo ou imperialismo europeu. De modo a concluir as reflexões apresentadas neste artigo, tomamos como último tópico a questão do desenvolvimento humano, tendo em vista os conceitos de evolução e progresso.

DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PERSPECTIVA DA EVOLUÇÃO E DO PROGRESSO

Em um dos textos que integra *A conquista do pão*, Kropotkin (2011) discute, entre outras ideias, o problema da riqueza. Nessa discussão, o autor questiona justamente um dos aspectos contraditórios inerentes a esse problema, qual seja, o descompasso entre um discurso que considera a riqueza de forma abstrata, proporcionada pelo sistema econômico vigente – o capitalismo – e a realidade social e histórica em que essa riqueza se materializa, contestando e negando a concepção abstrata da riqueza. Assim, após indicar algumas conquistas e façanhas operadas por um país dito civilizado, seja no campo da agricultura, seja no campo da indústria, da arte e da ciência, o autor adverte que: "Gerações inteiras nascidas e mortas na miséria, legaram esta imensa herança ao século XIX" (Kropotkin, 2011, p. 21). O que se convencionou denominar natural e espontaneamente como riqueza – e poderíamos incluir a ideia de desenvolvimento –, carrega implicitamente elementos contraditórios, uma vez que em tais ideias não se discute o modelo de riqueza, o padrão de desenvolvimento e, conseqüentemente, não se questiona o fato de que:

Em milhares de anos, milhões de homens trabalharam em desbastar as florestas, sanear os pântanos, abrir estradas, erguer diques nos rios. Cada hectare do solo que se cultiva na Europa foi regado pelo suor de diversas raças; cada estrada tem uma história das fadigas do trabalho humano, dos sofrimentos do povo. Cada légua de estrada de ferro, cada metro de túnel recebeu a sua parte de sangue humano (KROPOTKIN, 2011, p. 21).

Fica evidente nesta citação que o colossal processo de exploração e sofrimento que acompanhou a maior parte da humanidade impulsionou o chamado progresso no ocidente capitalista. Mesmo dentro do continente europeu, conforme os interesses em jogo, os mecanismos de dominação e exploração foram impostos de forma bárbara e violenta aos trabalhadores em geral e às minorias, uma vez que, conforme já apontamos em outro tópico, esses processos não conhecem fronteiras. Com efeito, a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento humano possibilita problematizar um conjunto de ideias, inclusive as concepções de evolução e progresso.

Ao problematizar e criticar o padrão de desenvolvimento vigente na sociedade capitalista contemporânea, Horkheimer (1990) coloca, em outros termos, os mesmos questionamentos levantados por Kropotkin (2011) acerca da riqueza no século XIX. Na interpretação de Horkheimer (1990) cujo pessimismo é uma forma de resistência, fica evidente que, apesar do propalado desenvolvimento técnico, científico e tecnológico atrelado, portanto, à ideia de progresso, a pobreza material e espiritual persiste nas sociedades contemporâneas. De acordo com o autor:

Nunca a pobreza dos homens se viu num contraste mais gritante com a sua possível riqueza como nos dias de hoje, nunca todas as forças estiveram mais cruelmente algemadas como nestas gerações onde as crianças passam fome e as mãos dos pais fabricam bombas. (p. 77)

Eis aí um dos aspectos mais problemáticos que permeiam os processos de desenvolvimento, progresso, riqueza ou coisa que o valha. Interpretá-los e compreender como se configuram no interior das sociedades capitalistas requer um posicionamento crítico, para que se possa confrontá-los com a realidade.

Assim, mais uma vez, voltamos a discutir alguns traços relacionados à matriz científica ligada ao positivismo, bem como os conceitos vinculados à biologia e forjados entre os séculos XVIII e XIX, particularmente a discussão acerca do conceito de raça.

Nesse movimento, retomamos como ilustração algumas ideias que sustentaram o fenômeno conhecido como eurocentrismo, cujo conteúdo buscou, por um lado, naturalizar questões de ordem social, política e econômica a fim de justificar uma ideia de progresso que atendesse aos interesses das grandes potências, e por outro, como consequência, ratificar ou legitimar ações de cunho imperialista sobre outras nações. Assim, as concepções sobre “povos bárbaros ou selvagens” e “povos civilizados” tornam-se aceitas, justificadas e incorporadas com a chancela, inclusive, de determinados campos do saber como a biologia, a sociologia e a antropologia.

Convém lembrar que a complexidade inerente aos termos evolução e progresso não se esgota nas reflexões arroladas neste artigo. Discorrendo sobre essa complexidade, Gouvêa e Gerken (2010) destacam que os conceitos de evolução, tal como se configuraram no decorrer do século XIX “...relacionam-se a uma longa transformação histórica na representação ocidental do tempo...” (p. 23). Os autores acrescentam: “De uma acepção que o entendia como cíclico, definido pelas mudanças da natureza, construiu-se na modernidade uma nova visão, como um continuum evolutivo em direção ao progresso” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 23).

Como observa Patto (2015), é sabido que o advento da obra *Origem das espécies* (1959) não alterou a perspectiva ou as “...ideias dominantes a respeito das diferenças entre os grupos humanos” (p. 58). O que se verificou foi justamente o inverso, isto é, “...as teorias racistas encontraram na teoria evolucionista elementos para sua reafirmação” (p. 58). Nesse aspecto, a autora assevera que a teoria darwinista fora introduzida e modificada por pensadores vinculados à classe dominante (burguesia) “...na formulação do *darwinismo social* e colocada a serviço da justificação da reconstrução da hierarquia social que se operara no interior da nova ordem social” (p. 58). Ressalta ainda que “Darwin não formulou o determinismo biológico tendo em vista justificar o racismo ou as desigualdades sociais” (pp. 58-59).

A incorporação das ideias darwinistas, e sua apropriação ao modo de pensar de determinados grupos, considerava a sobrevivência do mais apto “num mundo pretensamente igualitário” (p. 59). Essa apropriação das ideias darwinistas reitera modos de pensar que resultam “...numa biologização mistificadora da vida em sociedade e justificadora da exploração e da opressão exercidas pelas classes dominantes dos países colonialistas, tanto dentro como fora de suas fronteiras” (p. 59). Segundo Diwan (2007), adoção dessas ideias encontrará adeptos também dentro da própria Europa capitalista, uma vez que:

...a burguesia se inspirará na biologia e nas teorias incertas sobre a hereditariedade para consolidar o poder econômico recém-conquistado, reabilitando o direito de sangue, não mais em seu aspecto religioso como a nobreza pregava até então, mas do ponto de vista biológico e científico. Os burgueses tornaram-se os mais capazes, os mais fortes, os mais inteligentes e os mais ricos. Será pela meritocracia que o mérito natural substituirá o sangue azul. A superioridade hereditária burguesa fará contraponto também com a inferioridade operária e formará uma hierarquia social em que a aristocracia perderá sua primazia. O triunfo burguês afasta a nobreza e os pobres com o respaldo da ciência. A partir de então, além da raça, etnia e cultura se tornarão sinais da natureza que indicarão a superioridade ou não, e tais sinais justificarão a dominação de um grupo sobre outro. (pp. 32-33)

Outro traço relevante examinado por Diwan (2007) especialmente no contexto da industrialização londrina, diz respeito ao advento das multidões. Nesse prisma, a nova temporalidade imposta pelo “dia industrial” altera o “...fluxo de tempos que se sobrepõem ao espaço urbano” (p. 34). A temporalidade é pautada pelo cronômetro que, no decorrer do dia, impõe “...jornadas de trabalho exaustivas na indústria têxtil, nas siderúrgicas e na construção naval” (p. 34). O burburinho que movimentava e dá vida às ruas e aos locais centrais das cidades revela a adoção de um progresso que se mantém e se sustenta sobretudo pelo desenvolvimento econômico vinculado ao modo de produção capitalista. Além disso, conforme salienta Diwan (2007), o processo de automação fabril promove a exaustão física e moral dos trabalhadores. Nesse sentido, a autora comenta:

Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros operários de Londres estava degenerando, ou seja, pobreza associada à degeneração física. Reurbanização, disciplina e políticas de higiene pública deveriam ser aplicadas com a finalidade de prevenir a degradação física dos trabalhadores para evitar prejuízos na economia que reverteriam em menos dividendos para a burguesia. Essa situação desdobrou-se ao longo do século XIX e causou tanto impacto na Inglaterra que gerou um preconceito contra o trabalhador londrino, por ele ser mais fraco e apático do que o trabalhador vindo e criado no campo. (p. 35)

Podemos então avaliar a forma como as noções de desenvolvimento e progresso foram evoluindo. Calcadas numa perspectiva positivista e atreladas a um cientificismo estreito, tais noções foram incorporadas à sociologia, à antropologia e à psicologia “...que se oficializam a partir dessa época” (Patto, 2015, p. 59) e que, como consequência, “...não impugnam a visão de mundo dominante” (p. 59). A forma como a vida social, bem como as ideias de desenvolvimento, progresso e evolução são concebidas terminam por “...legitimar a sociedade de classes e a desigualdade social que lhe é inerente” (p. 59). Não obstante, convém destacar que “...a antropologia científica que se fez no século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi gravemente falseada pelo etnocentrismo europeu” (p. 59).

A esse respeito, Ingold (2019) cita as declarações contundentes de Arthur Keith, um anatomista dedicado à antropologia. Trata-se do “...ex-presidente do Royal Anthropological Institute e, posteriormente, reitor da Universidade de Aberdeen” (p. 40), portanto, uma das personalidades de maior destaque em seu meio. Conforme relata o autor: “Em seu discurso reitoral de 1931, Keith desdenhava a ideia de que as nações do mundo algum dia poderiam se unir em fraternidade...” (p. 40). Na mesma perspectiva destacava que “preconceito e xenofobia ... servem ao bem da humanidade. Lealdade à própria raça e aversão aos outros constituem o próprio motor do progresso evolutivo” (Keith, 1931, citado por Ingold, 2019, pp. 40-41). Apresentando uma argumentação ainda mais radical, ancorada no papel seletivo propiciado pela guerra entre raças, Keith acrescentava:

Ao invés de misturar o sangue de cores diferentes ... é imperativo mantê-los separados, deixando que a natureza se encarregue de que somente as cores mais claras sejam preservadas. A guerra entre raças ... é a foice de poda da natureza. (KEITH, 1931, p. 49, citado por INGOLD, 2019, p. 41)

Assim, tanto a visão evolutiva quanto a perspectiva etnocêntrica de compreensão das outras culturas “...eram atravessados por um conceito-chave que se inscreveria nos diferentes domínios das ciências humanas: o conceito de raça” (GOUVÊA; GERKEN, 2010). Notava-se na segunda metade do século XIX um processo nítido de “racialização” que legitimava as relações societárias, culturais e individuais e que se apoiava num “...conceito explicativo das diferenças como desigualdades consideradas determinísticas das possibilidades evolutivas dos distintos grupos sociais. O chamado determinismo biológico marcaria de forma indelével a produção científica do período” (p. 20).

Tomando o contexto europeu em dois momentos, o do iluminismo filosófico e o do século XIX, Gouvêa e Gerken (2010) observam que ambos apresentaram, de modo geral, um projeto cuja meta seria levar a civilização aos povos ditos atrasados. Tal postura representou uma visão eurocêntrica, pautada pela ideia de que o progresso estabeleceria a ordem moral e o desenvolvimento material e espiritual das sociedades. Sob esse aspecto, o avanço técnico-científico empreendido pelas nações europeias “...teria como consequência o desenvolvimento moral, compreendido como capacidade de exercício do autocontrole, característico do indivíduo civilizado...” (ELIAS, 1994, citado por GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 24).

Assim, o nascimento da biologia moderna entre os séculos XVIII e XIX também contribuiu de modo decisivo para a construção de uma determinada ideia de raça cujo conceito “...foi constantemente problematizado com base em uma perspectiva taxonômica que buscava caracterizar, classificar e hierarquizar as diferentes raças humanas, tomadas como espécies distintas...” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 37). De todo modo, é preciso relativizar a abrangência dos campos de atuação, quer da biologia, quer das ciências que têm como objeto de interesse a sociedade, entre as quais a sociologia. Como nos lembra Rouanet:

Temos, assim, de um lado, uma perspectiva biológica que por ignorar o social expõe-se ao risco de contribuir para uma biologização totalitária do mundo e, do outro, uma perspectiva sociológica que movida por uma “biofobia” ingênua contribui, por sua passividade, para o advento do estado de coisas que ela mais teme. (ROUANET, 2010, p. 384)

Para finalizar nossas reflexões, registramos que a problemática tratada neste artigo, incluindo as ideias relacionadas às diferentes formas de dominação colonial/neocolonial e imperialista, bem como as diferentes manifestações do racismo e das desigualdades que marcam as nações do ponto de vista econômico, político e cultural, continuam a existir. Como nos lembra Said (2011): “O imperialismo não acabou, não virou de repente ‘passado’ ao se iniciar, com a descolonização, a desmontagem dos impérios clássicos” (p. 432). O autor nos lembra que “Toda uma herança de vínculos ainda liga países como Argélia e Índia à França e Inglaterra” (p. 432). Portanto, o fim do colonialismo histórico, isto é, do

regime econômico e político que sustentou as relações de poder entre metrópoles e colônias, não significou o fim das práticas coloniais.

Ao tomarmos a ideia de desenvolvimento humano em termos de uma vida melhor para todos, igualitária, digna e justa, a realidade que nos cerca se mostra chocante, uma vez que novas formas de injustiça, desigualdade e barbárie continuam assolando a humanidade, pondo em questão a própria ideia de desenvolvimento nos termos em que foi proposta no ocidente capitalista. Ao dissertar sobre o drama que acompanha populações inteiras no mundo atual globalizado e hierarquizado pelas potências imperialistas, Said (2011) comenta:

...refugiados e *boat people*, itinerantes perpétuos e vulneráveis; os povos morrendo de fome no hemisfério sul; as pessoas sem teto, destituídas mas insistentes que, como tantos outros *Bartleby*, perseguem os consumidores natalinos nas cidades ocidentais; os imigrantes ilegais, e os “trabalhadores-hóspedes” explorados que fornecem mão de obra barata, em geral sazonal. Entre os extremos das multidões urbanas descontentes e desafiadoras e o grande número de pessoas semiesquecidas e desatendidas, as autoridades temporais e religiosas do mundo procuram formas novas, ou renovadas, de governo. (p. 497)

No epílogo de *A conquista da América*, Izvetan Todorov, ao problematizar temas relacionados ao reconhecimento do outro, a condição do sujeito na sociedade e as ideias de alteridade e identidade, ressalta o otimismo expresso pelo filósofo Immanuel Levinas, e recupera deste autor a seguinte ideia:

Nossa época não se define pelo triunfo da técnica pela técnica, nem tampouco se define pela arte, assim como não se define pelo niilismo. Ela é ação para um mundo que vem, superação de sua época – superação de si que requer a epifania do outro. (LEVINAS, citado por TODOROV, 2019, p. 365)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos ao longo deste texto um conjunto de ideias em torno das quais se configuraram as noções de desenvolvimento humano e progresso construídas, especialmente, a partir do século XIX europeu. Nossa tarefa consistiu, basicamente, em expor alguns elementos de natureza histórica, cultural e científica que, direta ou indiretamente, serviram de base ideológica para a construção de um modelo de desenvolvimento humano/social que atendesse, em parte, aos interesses de determinadas nações, em particular da Europa capitalista.

No primeiro tópico, atraso e desenvolvimento humano nas fronteiras do eurocentrismo, apresentamos, em linhas gerais, as noções que se articularam em torno dos conceitos de desenvolvimento humano/social na perspectiva do eurocentrismo. Assim, problematizamos as noções de desenvolvimento humano e progresso à luz do ocidente capitalista, apontando algumas contribuições do saber científico, formuladas no século XIX, que contribuíram em certa medida para a elaboração de ideias preconceituosas, etnocêntricas e racistas, com apoio das classes dominantes em detrimento das classes trabalhadoras e populares.

No segundo tópico, a antropologia atrelada ao positivismo na consolidação do eurocentrismo, destacamos algumas correntes de pensamento cuja matriz científica esteve apoiada nas formulações do positivismo filosófico, nos conceitos de evolução, bem como nas ideias de seleção natural, determinismo biológico e geográfico, raça e darwinismo social.

No terceiro tópico, destacamos a questão do determinismo geográfico, cujas formulações convertidas em doutrina, serviram de base ou justificativa ideológica a fim de explicar, de um lado, a tese do “destino manifesto” das nações imperialistas e, de outro, com base numa visão simplista e com forte apelo a causas naturais, o destino e a condição de atraso que caberia aos povos dominados.

No último tópico, desenvolvimento humano/social na perspectiva da evolução e do progresso, retomamos a noção de desenvolvimento humano forjada no ocidente capitalista, destacando o seu vínculo com as ideias de evolução e progresso. Sublinhamos o fato de que essas ideias escamoteavam um determinado projeto social, cujos interesses apontavam para a garantia, quer de privilégios, quer de concepções e formas de vida. Um dos projetos que se enquadrou nessa perspectiva envolveu o expansionismo europeu, cujas concepções eurocêntrica, etnocêntrica e racista estiveram na base desse projeto.

Por fim, ressaltamos que o conjunto de ideias apresentado nesse artigo não pretendeu esgotar o conteúdo exposto, nem tampouco apresentar uma leitura fechada ou uma interpretação radical e

unilateral acerca dos conceitos e dos temas tratados. Conforme salientamos na introdução, nosso objetivo consistiu apenas em revisitar algumas ideias acerca do desenvolvimento humano e progresso, no contexto do século XIX europeu, e apresentar uma das possíveis leituras que podem ser elaboradas sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

- CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUI, M. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**. Revista latinoamericana de Ciencias sociales, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008
- COSTA, W. M da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FEBVRE, L. **La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire**. Paris: La Renaissance du livre, 1922.
- GOUVÊA, M. C. S.; GERKEN, C. H. de S. **Desenvolvimento humano: histórias, conceitos e polêmicas**. São Paulo: Cortez, 2010.
- HANSEN, J. A. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, A. (org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 347-373.
- INGOLD, T. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.
- JAHODA, G. **Images of savages: ancient roots of modern prejudice in western culture**. London: Routledge, 1998.
- JAHODA, G. Intra-European racism in nineteenth-century anthropology. **History and Anthropology**, London, v. 20, n. 1, p. 37-56, 2009. DOI: 10.1080/02757200802654258. <https://doi.org/10.1080/02757200802654258>
- KROPOTKIN, P. A. **A conquista do pão**. Tradução: Cesar F. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- MATOS, O. **Palíndromos filosóficos: entre mito e história**. São Paulo: Unifesp, 2018.
- MONTESQUIEU, C. de S. B. de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORAES, A.C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- NOVAES, A. Crepúsculo de uma civilização. In: Novaes A. (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 7-18.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Coceña, A.E y Sader, E. (orgs.). **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2002. p. 217-256.
- RECLUS, E. **Nouvelle Géographie Universelle**, vol. XVI: Les États Unis. Paris: Hachette, 1892.
- RECLUS, E. **Geografia**. Organização: Manuel C. A. São Paulo: Ática, 1985.
- ROUANET, S. P. A mutação darwinista. In: Novaes A. (org.). **Mutações: a experiência do pensamento**. São Paulo: Editora Senac, 2010. p. 373-388.
- SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- TODOROV, T. Barbarie et messianisme occidental. **Revue Internationale et Strategique**, Paris, v. 75, n. 3, p. 127-134, 2009. DOI: 10.3917/ris.075.0127. <https://doi.org/10.3917/ris.075.0127>
- TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

Recebido em: 14/11/2022

Aceito para publicação em: 14/06/2023